

PORTO SALVO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**Considerando que,**

I – A Constituição da República Portuguesa, inspirada no artigo 8º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, estabelece no seu artigo 20º que a todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos;

II – O acesso ao direito e aos Tribunais constitui, indubitavelmente, um direito fundamental de todos os cidadãos cabendo ao Estado, através do Ministério da Justiça, por si e através de parcerias estabelecidas para o efeito, concretizar.

III – Um dos pilares centrais que deve presidir à sua concretização, para além do acesso aos tribunais, é o acesso à informação e consulta jurídica.

IV – De facto, a resolução de conflitos passa, em grande parte, pela tomada de consciência por parte dos cidadãos dos seus direitos.

V – Constitui atribuição da Ordem dos Advogados, e por inerência de todos os seus órgãos, designadamente Conselhos **Distritais e Delegações** colaborar na administração da justiça e promover o acesso ao conhecimento e aplicação do direito.

Entre:

JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO representada, neste acto, pelo Senhor Presidente Salvador Costeira

E

DELEGAÇÃO DE OEIRAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS representada, neste acto pelo Senhor Presidente, Dr. António Correia Novais,

**Junta de Freguesia**

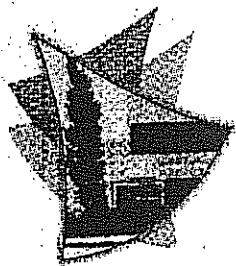
Rua Conde de Rio Maior
(Edifício anexo ao Mercado Municipal)

2740-039 PORTO SALVO

Tel. 214 213 672

Fax 214 211 627

jportosalvo@mail.telepac.pt



PORTO SALVO

É celebrado o presente **protocolo de cooperação** que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objecto

Pelo presente protocolo é criado um Gabinete de Consulta Jurídica na freguesia de Porto Salvo.

Cláusula Segunda

Atribuições

1 - Ao Gabinete de consulta jurídica compete assegurar a informação e consulta jurídica aos cidadãos residentes na área geográfica da freguesia de Porto Salvo ou que aí exerçam uma actividade profissional de forma regular e que, por insuficiência de meios económicos, não tenham a possibilidade de custear os serviços prestados por Advogado.

2 - Encontra-se em situação de insuficiência económica todo o residente da freguesia de Porto Salvo que tenha um rendimento mensal igual ou inferior a um salário mínimo nacional

3 - Quando o agregado familiar seja composto por mais de três pessoas o rendimento mensal médio não pode ser igual ou superior a três salários mínimos nacionais para efeitos de reconhecimento da situação de insuficiência económica.

Cláusula Terceira

Informação e Consulta Jurídica

1 - Considera-se informação jurídica todos e quaisquer esclarecimentos prestados sobre o ordenamento jurídico.

2 - Considera-se consulta jurídica a actividade de aconselhamento jurídico solicitado pelo beneficiário e que consiste na interpretação e aplicação das normas jurídicas a questões concretas ou susceptíveis de concretização.

3 - A consulta jurídica pode ainda compreender a realização de diligências extrajudiciais que decorram directamente do conselho jurídico prestado ou que se mostrem essenciais para o esclarecimento da questão colocada, designadamente a

**Junta de Freguesia**

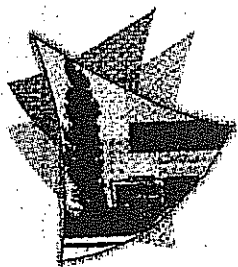
Rua Conde de Rio Maior
(Edifício anexo ao Mercado Municipal)

2740-039 PORTO SALVO

Tel. 214 213 672

Fax 214 211 627

jfportosalvo@mail.telepac.pt



PORTO SALVO

realização de cartas ou simples requerimentos que possam ser assinados pelo consulente.

Cláusula Quarta

Horário de funcionamento

O Gabinete funciona durante todo o ano civil, dentro do horário de funcionamento da Junta de Freguesia de Porto Salvo.

Cláusula Quinta

Funcionamento e Organização

A organização e o funcionamento do Gabinete são assegurados pela Delegação de Oeiras da Ordem dos Advogados.

Cláusula Sexta

Consultores

A prestação e orientação da consulta jurídica é assegurada uma vez por semana por um Advogado e um Advogado Estagiário, na fase de formação complementar do estágio, seleccionados pela Delegação de Oeiras, de entre os inscritos na respectiva comarca.

Cláusula Sétima

Deveres dos consultores

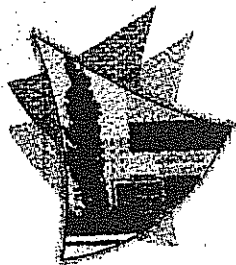
Sem prejuízo do escrupuloso cumprimento das demais normas de deontologia profissional é expressamente vedado aos Advogados e Advogados Estagiários consultores:

- a) Prestar consulta a consulente relativamente ao qual verifique que haja litígio com algum seu cliente;
- b) Receber, directa ou indirectamente, quaisquer quantias do consulente ou de pessoas envolvidas nos casos apresentados;
- c) Acompanhar os casos fora da consulta ou indicar ao consulente o nome de outro advogado ou advogado estagiário em sua substituição.

Cláusula Oitava

**Junta de Freguesia**

Rua Conde de Rio Maior
(Edifício anexo ao Mercado Municipal)
2740-039 PORTO SALVO
Tel. 214 213 672
Fax 214 211 627
jfportosalvo@mail.telepac.pt



PORTO SALVO

Obrigações da Delegação de Oeiras da Ordem dos Advogados

Para efeitos do presente Protocolo a Delegação de Oeiras da Ordem dos Advogados obriga-se a:

a) Elaborar as escalas de Advogados e Advogados Estagiários e comunicá-las à Junta de Freguesia de Porto Salvo;

b) Assegurar a presença dos Advogados e dos Advogados Estagiários nos dias e horas da consulta;

c) Fornecer a documentação técnica necessária ao desempenho das funções do consultor e assegurar a sua actualização;

d) Assegurar a realização das acções de formação específica dos Advogados e Advogados Estagiários, bem como disponibilizar as instalações necessárias e o apoio logístico adequado.

Cláusula Nona

Obrigações da Junta de Freguesia de Porto Salvo

Para efeitos do presente Protocolo a Junta de Freguesia de Porto Salvo obriga-se a:

a) Ceder as instalações para a instalação do Gabinete de consulta jurídica da Freguesia de Porto Salvo e realizar e suportar os encargos com a adaptabilidade do espaço físico com vista à instalação do Gabinete;

b) Divulgar e publicitar o Gabinete.

Cláusula Décima

Financiamento

1 - A junta de Freguesia de Porto Salvo obriga-se a financiar a execução da actividade prevista no presente protocolo pagando à Delegação de Oeiras quantia de € 15,00 (Quinze euros) por cada consulta jurídica prestada.

2 - Esse valor será repartido pelos Advogados nos seguintes termos:

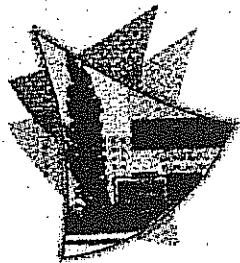
a) Advogado - € 10,00 (Dez Euros);

b) Advogado estagiário - € 5,00 (Cinco euros).

**Junta de Freguesia**

Rua Conde de Rio Maior
(Edifício anexo ao Mercado Municipal)
2740-039 PORTO SALVO
Tel. 214 213 672
Fax 214 211 627

jfportosalvo@mali.telepac.pt



PORTO SALVO

3 - A Junta de Freguesia de Porto Salvo poderá celebrar protocolos com entidades privadas com vista ao financiamento do Gabinete de Consulta Jurídica.

4 - A Junta de Freguesia de Porto Salvo cobrará, aos utentes, uma verba, a aprovar em executivo, para fazer face a custos administrativos.

Cláusula Décima Primeira

Revisão

O presente protocolo pode ser objecto de revisão sempre que as partes assim o entendam, se verificarem alterações de circunstâncias imperiosas e fundamentadas decorrentes do efectivo funcionamento do Gabinete ou ainda por imposição de alterações legislativas.

Cláusula Décima Segunda

Duração

1 - O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e é celebrado pelo prazo de dois anos.

2 - O prazo previsto no número anterior renova-se automática e sucessivamente, por iguais períodos de tempo, salvo denúncia escrita, por qualquer das partes, até sessenta dias antes do seu termo ou da sua renovação.

Porto Salvo, 4 de Fevereiro de 2009

Salvador Costeira

Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo

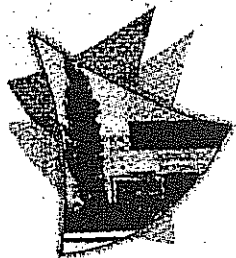
António Correia Novais



Junta de Freguesia

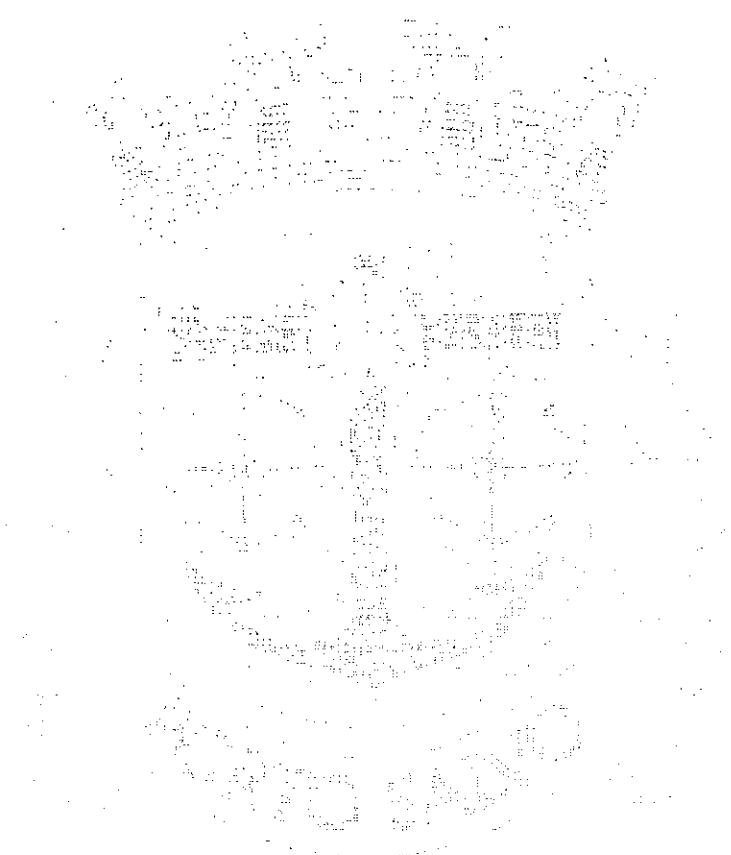
Rua Conde de Rio Maior
(Edifício Anexo ao Mercado Municipal)
2740-039 PORTO SALVO
Tel. 214 213 672
Fax 214 211 627

jfportosalvo@mail.telepac.pt



Presidente da Delegação de Oeiras da Delegação de Oeiras da
Ordem dos Advogados.

PORTO SALVO



Junta de Freguesia

Rua Conde de Rio Maior
(Edifício anexo ao Mercado Municipal)
2740-039 PORTO SALVO
Tel. 214 213 672
Fax 214 211 627

jfportosalvo@mail.telepac.pt